#### A SINGULARIDADE (modernização) DA VILA DO ABRAÃO-ILHA GRANDE, ANGRA DOS REIS (RJ/BRASIL): LOCALIZAÇÃO, CIRCUITOS TURÍSTICOS E O MODELO DE OCUPAÇÃO DO CONTINENTE

Autores: Danilo Cerqueira, Gislane Nunes, Mariana Dias e Sonia Gama

danilocerqueira09@yahoo.com.br Universidade do Estado do rio de janeiro.

### INTRODUÇÃO

O processo de globalização da economia, aquele que se origina no período moderno da humanidade vem produzindo novos espaços e reconfigurando antigos territórios há tempos. Neste artigo, a ênfase é dada à reconfiguração de território insular através da dinâmica de o uso e ocupação do solo, que atualmente possui a proteção ambiental aplicada via legislação, voltada à exploração da economia da atividade (eco)turística. Importante destacar que, o quadro atual de uso do solo da Ilha Grande é resultante de um longo processo aliado ao contexto histórico de cinco séculos de ocupação.

A Ilha Grande, distrito do município de Angra dos Reis, está localizada na Baía da Ilha Grande, litoral sul do estado do Rio de Janeiro, Brasil. O município de Angra dos Reis faz divisa com os municípios de Bananal/SP (norte), Rio Claro/RJ (Nordeste), Mangaratiba/RJ (Leste) e, Paraty/RJ (Oeste). Compõe a região da Costa Verde, que se encontra dividida em duas microregiões: Baía de Sepetiba (Mangaratiba e Itaguaí) e Baía da Ilha Grande - BIG (Angra dos Reis e Paraty). (Figura 1).

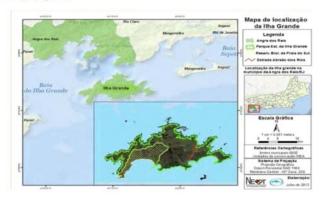


Figura 1: Localização geográfica da Ilha Grande e principais Unidades de Conservação Fonte: Acervo NEPPT, 2013.

O recorte espacial de análise é a Vila do Abraão, considerada como porta de entrada da ilha e centro receptor e irradiador de atividades ligadas, sobretudo, ao turismo, que utilizará a visitação pública como principal atividade acumulativa de capital, permitida nos limites de duas categorias de

Unidades de Conservação (SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação) aí presentes: APA e PARQUE. A Área de Proteção Ambiental Tamoios (APA) engloba toda a ilha, permite moradia e visitação. Já a categoria PARQUE, com regras mais restritivas ao uso, permite somente a visitação, como é o caso do Parque Estadual da Ilha Grande.

Na ilha, os núcleos populacionais estão assentados nas enseadas e são administrados pela Prefeitura de Angra dos Reis/Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Já a categoria PARQUE é administrada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente.

Em todo o território nacional as unidades de conservação foram criadas para proteger a vegetação (biomas), principalmente diante dos números alarmantes de extinção de espécies. Para alcançar tal objetivo, deu-se início à remoção de grupos populacionais, a ocupação passou a sofrer restrições e, a ideia era a de diminuir a ocorrência de impactos ambientais. Na ilha, o Parque Estadual da Ilha Grande foi criado em 1971 quando o uso "prisional" ainda vigorava. Fez-se necessário compatibilizar os objetivos e intenções de proteção e preservação ao modelo de uso e ocupação do solo.

É a partir desse contexto, que a atividade turística surge como solução viável para alcançar os objetivos e intenções citados e também, por propiciar uma dinamização da economia local, sem que fosse necessário utilizar-se diretamente dos recursos naturais e humanos pré-existentes à sua implementação, como fazem as outras atividades pertencentes à indústria (mineração, extrativismo, agropecuária, naval, etc). A grande questão é que a atividade turística não se sustenta sozinha, depende de estratégias econômicas em rede, que atuam em convergência entre diversas outras atividades econômico-comerciais para se tornar viável e atender ao público visitante / consumidor. A possibilidade do desenvolvimento da atividade turística, nesse sentido, depende de uma gama de fatores, como por exemplo: a presença de um território "central" (que permita a entrada, permanência e a saída do visitante), meios de hospedagem, alimentação, transporte e o estabelecimento de uma infraestrutura moderna (urbana), com saneamento básico, energia elétrica, e o processo de destinação de resíduos sólidos.

Contudo, a atividade turística e sua rede de abastecimento utilizam-se dos recursos naturais e humanos de maneira direta, seja para atender à demanda crescente de visitantes, seja na exploração direta da mão de obra local, e isso resulta em impactos ambientais e conflitos sociais, que se aproximam, cada vez mais, dos apresentados em ambiente urbano "tradicional", o que aponta uma devida contradição entre a própria atividade turística e a função da preservação e conservação.

## A reconfiguração do território da Vila do Abraão (Ilha Grande): do cárcere e da ideia de proteção ambiental ao modelo de uso e ocupação interpretado pela atividade turística.

É importante destacar que as atividades do cárcere, da proteção ambiental e do turismo identificadas no território insular ao longo dos séculos, estabeleceram-se em períodos históricos e de contextos geopolíticos distintos.

Segundo Amorim (2009), os primeiros usos instituídos foram os de exploração do pau brasil (Mata Atlântica) e o contrabando de escravos, para atender demandas de mão-de-obra na exploração de metais preciosos em outras partes do País. Mas foi no período de 1725 a 1764, com o avanço da cultura da cana-de-açúcar, que iniciou-se a colonização da ilha, num ciclo que se estenderia até a primeira metade do século XIX. O café, introduzido um pouco mais tarde, perdurou entre 1772 e 1890, ocupou as encostas, provavelmente ultrapassando a cota de 400 m. Várias fazendas foram estabelecidas na ilha, tanto na face de mar aberto quanto na da baía, onde a agricultura era a principal atividade econômica e de sustento, seguida da pesca. No entanto, já na segunda metade do século XX, a pesca suplantou a lavoura como principal atividade econômica e de uso e ocupação, aliada aos dois presídios, que empregavam muitos nativos. Segundo o Plano de Manejo da Ilha Grande:

"Posteriormente, a Ilha Grande foi palco, além de um Lazareto e dois presidios, um deles conhecido como "Alcatraz" brasileira ou o "caldeirão do diabo", de fâbricas de processamento

de sardinha em Abraão, Bananal, Matariz, Sítio Forte e Praia Vermelha, por exemplo, cujo ápice se deu nos anos de 1950. A última fábrica a ser desativada foi a "Embrapesca", em 1992, que funcionava na localidade de Matariz." (Anexo II , 2010 pag 4).

Ainda segundo o Plano de Manejo (2010:4), "...através do Lazareto, a Ilha Grande exerceu um importante papel na imigração, e o Lazareto mudou o rumo da história da ilha, pois representou um grande investimento público para a época. É neste momento histórico da Ilha Grande que identificamos o aumento da intensidade no que consiste a atuação do poder público (Estado) e de projetos de desenvolvimento moderno.

O estabelecimento do Lazareto somado aos dois presídios, sendo pelo menos um, de segurança máxima, contribuem decisivamente para a reconfiguração da dinâmica territorial da ilha, sobretudo os núcleos populacionais assentados nas enseadas. A entrevista realizada na Vila do Abraão com um morador que reside na ilha há mais de 50 anos (editor-chefe do jornal "Eco" em Abraão), assinala que os presídios tiveram grande relevância no que se refere ao reordenamento do território e na moldura "protecionista" da cultura local, o que ele denomina de "formação do caiçara protecionista"

A ideia de **proteção** e **isolamento** na era contemporânea sempre esteve atrelada as áreas de dificil acesso, "lugares estratégicos", à geopolítica das prisões (AMORIM, 2012) e as ilhas, sobretudo as de maior área e mais distantes do litoral eram bem vistas na busca desses ideais.

sobretudo as de maior área e mais distantes do litoral eram bem vistas na busca desses ideais.
"Segundo essa lógica, durante o final do século XIX e início do século XX, o governo
federal determinou a realização de estudos para a construéo e presidios em Ilhas
localizadas no Litoral fluminense e, principalmente, no paulista. (AMORIM, 2012. P. 48)"

"O intuito era a punição do criminoso e o seu afastamento dos grandes centros urbanos, objetivando o "saneamento da sociedade." (PEDROSO, 2004, apud. AMORIM, 2012. P. 48)."

Aliado a esses ideais de proteção e isolamento, é criado o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) em 26 de junho de 1971 pelo Decreto Estadual 15.273, que passa a abranger um terço do território da Ilha

#### A Atividade Carcerária na ilha e o Parque Estadual da Ilha Grande

A Vila do Abraão, recorte espacial de análise, foi uma das enseadas da ilha que receberam as atividades carcerárias e, posteriormente, foi inserida nos limites definidos para a abrangência do Parque Estadual, fato que viria a determinar o modelo de uso e ocupação seguinte, o desenvolvimento da atividade turística em escala internacional.

Essa redefinição do território que ocorre a partir do período contemporâneo (décadas de 50 e 60), vem juntamente com o processo de modernização e seu projeto global de desenvolvimento urbano-comercial, ou seja, o período correspondente ao da predominância das atividades carcerárias e da indústria da pesca como as primeiras, da ilha, a requisitarem equipamentos (tecnologia) de uso coletivo (urbano) visando manter o funcionamento de tais atividades (infraestrutura).

Em 1954, a Colônia Penal Cândido Mendes (antigo lazareto), que fora transformado em presídio na Vila do Abraão, é fechado e seus detentos transportados para o novo presídio da ilha, localizado no Povoado de Dois Rios. Essa mudança gerou um deslocamento do interesse público para Dois Rios, o que significa que os investimentos públicos foram canalizados para a nova estrutura prisional. Importante salientar que essa transferência, por muitos anos, não alterou muito o estigma da ilha — "Caldeirão do Diabo". Lugar perigoso, de certo modo impedia o desenvolvimento da atividade turística de alta circulação, ou seja, a possibilidade da visitação pública.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que atraiu população para manter seu funcionamento, retardou a disseminação da cultura da visitação pública em áreas de unidades de conservação, que se configuraria como principal impulsora econômica da atividade turística. A atividade carcerária possui uma dialética importante nesse processo de transição do uso e ocupação do solo da Vila do Abraão para o uso turístico e de regulação ambiental. Pois segundo Freire (2011)

"Ambos os territórios "prepararam" a ilha para que ela pudesse receber o turismo de forma mais consistente e isso se explica pelo fato de que o sistema carcerário, hoje inexistente, deixou importantes marcas no espaço da ilha, rugosidades, testemunhos, sendo um território (FREIRE, 2011:29)

Identifica-se esse "preparo" na instalação de serviços públicos em estabelecimentos comerciais e domiciliares da época (energia elétrica, rede de abastecimento de água, sistema de coleta de lixo e saneamento báscio) e no surgimento da cultura protecionista, que se agrega à cultura do morador local. De outro, a atividade carcerária contribuiu para a recuperação e regeneração da floresta (estágio secundário), pois esse modelo de ocupação protecionista socioterritorial, dificultava o crescimento urbano-populacional desenfreado, fato ocorrido na região metropolitana do Rio de Janeiro e de São Paulo entre as décadas de 50 e 70. (SANTOS, 1993)

Ou seja, a prática carcerária resultou num processo dominante Estatal em uma localidade, na época, considerada distante do modelo de uso e ocupação moderno do processo urbano de "alta" tecnologia, aquele aplicado nas metrópoles e centros urbanos mais dinamizados. O advento do ideal referente à preservação ambiental exigia das entidades competentes a inserção de um modelo de uso e ocupação do solo "diferenciado" àquele que tomou grande proporção global no período destacado acima, o modelo urbano-industrial-comercial de desenvolvimento econômico-social.

"A decisão de implosão do presídio na Ilha Grande foi uma decisão unilateral e de ação arbitrária do governo estadual. O município de angra dos Reis, a partir da pressão de moradores (guardas penitenciários, residentes na Ilha), mostrou-se contrário à implosão do presídio e chegou a entrar com três atos contra a implosão: duas liminares e um decreto de tombamento provisório. As liminares foram suspensas e o decreto de tombamento ignorado pelo governo do estadual." (MARÉ, 1994, apud. XAVIER, 2009. P. 102).

Além disso, a atividade carcerária se configura como fenômeno concreto referente ao conflito de interesses e a disputa de controle territorial entre as diferentes escalas administrativas de poder. No entanto, mesmo que a atividade carcerária tenha tido um volume de investimentos públicos considerados importantes, ela não chegou ao ponto de deixar uma infraestrutura adequada para a instalação de um Parque. A implosão do presídio em Dois Rios no ano de 1994, que significou de vez a mudança de referencia da economia local, fez com que a centralidade da dinâmica territorial da Ilha Grande voltasse para a Vila do Abraão, que por seu arcabouço histórico singular (intensivo) aliado à sua localização geográfica favorável à conexão com o continente, a fez torna-se interessante ás novas demandas do mercado e das políticas públicas.

Esses são os principais fatos e marcos da história local e também global que influenciaram em tomadas de decisões responsáveis por tentar integrar partes do território à dinâmica urbana e direcionar o rumo de desenvolvimento da Ilha Grande que, atualmente, expressa-se no ordenamento de sua dinâmica territorial-ambiental atual. A atividade carcerária foi sim, se não um dos últimos, o último grande obstáculo no que se refere chegada do processo global da modernização, aliado às pretensões do mercado (flexível) da indústria do turismo, que adota um modelo de uso e ocupação urbano-comercial, monopolista e especulativo, e que também se configura como um processo desencadeado (descentralizado) dos interesses da capital, Rio de Janeiro.

## A Proteção Ambiental na Ilha Grande: o Parque Estadual da Ilha Grande e o Sistema Global de Áreas Protegidas

As discussões sobre a crise do capital socioambiental em instância global, a criação do Parque e o incremento da atividade turística na ilha possuem estreitas relações. Segundo Brito (2008), os anos 70 foram o marco na expansão global do modelo de unidades de conservação no que se refere à estratégias de uso e ocupação, que possuíam suas justificativas e intenções específicas.

"Principalmente a partir da década de 1970, foram promovidos encontros e conferências, criados acordos visando uma maior conservação das reservas naturais existentes no planeta, requerendo comprometimento dos diferentes países em colaborar com tal objetivo. Neste sentido, o Brasil foi responsável por ratificar diferentes acordos e promover a proteção de seu ambiente natural tão rico de biodiversidade. É necessário ressaltar que as políticas ambientais no Brasil já datavam de outrora, que já havia unidades de conservação desde o início do século XX, mais especificamente desde 1937, mas que todo esse processo de revisão das políticas ambientais foi sendo intensificado principalmente nos últimos trinta anos, quando da criação da maioria dos parques e reservas, o que inclui as unidades de conservação da Ilha Grande." (FREIRE, 2011:35)

Consideremos território da proteção ambiental como uma determinada parte do espaço, regulamentado e normatizado por diretrizes e ações específicas de um determinado grupo de atores sociais, em prol de um modelo de uso e ocupação do solo, que se sustenta na legislação pertinente ao Sistema Natural de Áreas Protegidas, ou também, Unidades de Conservação da Natureza.

O Parque Estadual da Ilha Grande, criado legalmente em 1971, foi uma indicaçãoinformação do Estado Nacional, à localidade, em relação a um dos tipos de uso e ocupação do solo que era pretendido para a área nos anos seguintes. Segundo o Plano de Maneio:

que era pretendido para a área nos anos seguintes. Segundo o Plano de Manejo:

"O fato do PEIG se apresentar como um "parque de papel", na maior parte de sua existência, não significa que não exista uma territorialidade delimitada. Nas palavras do próprio órgão gestor, decorridos 36 anos desde sua criação, o Parque permanece sendo um Projeto, com muito pouco avanço em termos de infra-estrutura.." (INEA, 2009; IEF, 2007;10).

Isso se observa no período de mais de três décadas ao qual o estabelecimento do Parque era uma intenção de cunho protecionista, e que estavam em concordância com os rumos do debate global acerca da utilização dos recursos ambientais, ou seja, da ideia de sustentabilidade.

Esse debate global em relação às questões ambientais, o desenvolvimento sustentável e a criação de áreas naturais protegidas, quando se atrela à técnica de planejamento e se estabelece legalmente, passa a interferir no estilo de vida e práticas culturais históricas das populações locais, o que atinge diretamente o uso dos recursos naturais. Essa situação coloca a criação de Unidades de Conservação em um debate mais amplo, que se refere a organização do uso e ocupação do solo pelas atividades antrópicas (econômicas, jurídicas e culturais).

A ação responsável por concretizar o estabelecimento do modelo das Unidades de Conservação na Vila do Abraão e na Ilha Grande, foi a elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) no ano 2000, fato que proporcionou a existência do Parque Estadual da Ilha Grande de forma legal. As três décadas de não existência do Parque "nem no papel", que discorreram pelo tempo concomitantemente à atividade carcerária (essa sim presente até 1994), serviram de base para o "preparo" do "palco do espetáculo protegido" que seria a grande marca para o desenvolvimento da indústria do turismo

No ano de 1986 o Decreto nº 9.452 que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios se torna outro marco de fundamental importância ,que se soma à "criação" do Parque, no que se refere ao processo de territorialização do ambiente natural protegido. Além disso a APA se tornou necessária por ser uma categoria permissiva à ocupação humana, fenômeno presente antes da criação das Unidades de Conservação da Ilha Grande, fato que a categoria Parque não permite, sendo permissivo apenas para visitação temporária e atividades científicas.

"Em 1986, o PEIG é transferido para o Instituto Estadual de Florestas – IEF, que havia sido recentemente criado pela Lei nº 1071, passando a subordinar-se à Diretoria de Conservaçãoda Natureza - DCN. Entre 1986 e 1994, alguns fatos relevantes aconteceram com a Ilha Grande. Em 1986 e la passa a integrar a Area de Proteção Ambiental de Tamoios; em 1987 é tombada pela Secretaria de Estado de Cultura (Resolução 29, de 14/10/87); em 1988 passa a ser considerada patrimônio nacional pela Constituição Federal, pois possui uma vegetação de Mata Atlântica e está localizada na Zona Costeira; em 1989 é declarada como Área de Relevante Interesse Ecológico pela Constituição Estadual; e em 1991 recebe status internacional ao ser reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica." (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2010:42)

"A APA está inserida no Mosaico de Unidades de Conservação da Bocaina, estando a sua área sobreposta a Estação Ecológica de Tamoios, a Reserva Biológica da Praia do Sul e ao Parque Estadual da Ilha Grande, esses dois últimos na Ilha Grande, a mais extensa de todas." (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, 2010:43)

Além disso como aponta o artigo 5 do SNUC:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Lei 9985. Art 5. 2000:25)

Deste modo, a criação do PEIG e da APA são resultados de inúmeras pressões globais e nacionais, aliado ao contexto historio único no estado do Rio de Janeiro, que através e integrado ao sistema em redes geográficas (urbanas), possibilitou a desconcentração de atividades e intenções, advindas da hierarquia das redes (centro urbano mais qualificado) e passa a comandar o planejamento dos territórios ainda não integrados à essa nova lógica de uso e ocupação.

A presença da atividade carcerária e do lazareto, entre os anos 50 e 80 somado a criação do PEIG (1971), mesmo que não tivesse saido do papel até o final do século XX como aponta Santiago (2010) e por fim, a criação da APA Tamoios, foram marcos histórico de fundamental importância na redefinição e no reordenamento territorial da Ilha Grande, onde, se destaca, a Vila do Abraão, por ter atraído praticamente todos os tipos de usos desenvolvidos em toda história da Ilha.

A atividade econômica da indústria do turismo se credencia como a "nova" e principal atividade que, teoricamente, conseguiria aliar as estratégias econômicas de acumulação às pretensões de proteção e conservação encontradas na legislação ambiental, ou seja, o turismo se auto-postula como uma atividade "sustentável". Esse período, então, serviu para o estado adequar a região, assim como as localidades para receber as demandas da atividade turística, como por exemplo a visitação pública. Desde os anos 70 objetiva-se esse modelo de uso e ocupação para a região da Costa Verde assim como para a Ilha Grande, que segundo Freire (2011:29) "foi o território que conteve dentro de si o patrimônio natural que tanto é atrativo aos visitantes e turistas de todo o mundo" e por isso se torna tão especial para as pretensões da modernidade e seu processo desenvolvimentista.

## Manifestações e Territorialidades do Turismo na Ilha Grande: a atividade e as redes de "abastecimento"

"Embora tenha havido nessa época uma intensa influência da técnica sobre o espaço em tela e transformações impostas por esta mesma técnica, como ressalta Lima (2008, p.180), pode-se dizer que mesmo com todo o esforço de desenvolvimento da área, algums segmentos deste espaço, ainda que beneficiados, apresentavam dificuldades em se inserir de forma consistente na nova lógica estabelecida para a região, como foi o caso da Ilha Grande." (FREIRE, 2011:22)

como propõe Sack (1986), desativado, mas que ainda tem bastante influência sobre a população local e, logo, sobre a territorialidade dela."

Apesar de por muito tempo o turismo ter se apresentado de maneira tímida na Ilha Grande, devido à presença da atividade carcerária aliada à falta de infraestrutura (comunicação e transporte), o seu processo de territorialização deu-se antes do fim da atividade carcerária e também da proposição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que foi o marco do estabelecimento do território da proteção ambiental. Ideal que era visto como potencialidade pelo turismo e para atividade de visitação pública, ou seja, de circulação de pessoas, informações, infraestrutura e mercadorias (capital).

Segundo (Correa 2008), "A EMBRATUR, hoje Instituto Brasileiro do Turismo, criada como órgão executor do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), solicita a uma consultora internacional a elaboração do Projeto Turis, cujo objetivo é o levantamento do potencial turístico do litoral Rio-Santos e a classificação dos seus diferentes usos e ocupações turísticos."

O Projeto Turis se viabiliza, entre outros, pela construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101), que surge no contexto da política do Estado de integração do território nacional. De uma forma dialética, a construção da BR-101 também comprometeu a continuidade do projeto que continha um estudo de viabilidade econômica, social e ambiental , pois a construção da mesma resultou em muitos impactos ambientais, que resultou sobretudo, no aterramento de algumas enseadas da costa do estado do Rio de Janeiro

Nesse sentido, a lógica desenvolvimentista / integradora dos governos brasileiros, seja qual fosse a atividade econômica vigente, estava apoiada à lógica hegemônica do capital, que se encontra intrínseca na atividade econômica da Indústria do Turismo, que possui a natureza, a paisagem, o território, os atores e as histórias como principais "matérias-primas" para o desenvolvimento de atrativos e de especulação-propaganda de atividades turísticas no território. Essa lógica vai sendo reforçada durante três décadas de falhas nas esferas de gestão pública, e esse fato resultou no modelo de uso e ocupação do solo voltado, quase que exclusivamente, para o desenvolvimento de tal atividade.

Outro fator que colaborou para essas mudanças foi a fusão em 1975 do Estado da Guanabara cuja capital era a cidade-município do Rio de Janeiro, com o Estado do Rio de Janeiro cuja capital era Niterói, resultando assim no novo Estado do Rio de Janeiro. É neste período histórico que ocorre a rearticulação da economia global em relação a suas práticas de acumulação apoiadas no ideal do neodesenvolvimento urbano-industrial e capitalista. Surge, desse modo, o modelo da flexibilização neoliberal da economia, que fora responsável por redefinir o modelo de produção vigente à época, sobretudo nos países emergentes, apoiado no avanço tecnológico das redes de transportes e informação (internet) e no dialético processo de concentração e desconcentração da economia.

A cidade do Rio de Janeiro após a fusão não sofre tantas mudanças como os espaços periféricos de seu estado, mais que isso, ela ganha nova importância "capitalista" (por se tornar capital do estado), e de acordo com sua posição na hierarquia urbana, ganha novas responsabilidades político-administrativas, ou seja, passa a ter maior influência no "direcionamento" do planejamento regional, urbano e ambiental do estado. Essa fusão faz com que a intensidade das intervenções unilaterais hierárquicas (processo de modernização), entre as cidades inseridas no limite do território estadual se tornasse mais frequente, na tentativa de integrar as sedes municipais do antigo estado da Guanabara à cidade do Rio de Janeiro, ou seja, o próprio território estadual.

Isso é evidenciado no I Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do estado do Rio de Janeiro, implementado no ano de 1975:

"O 1 PLAN-RIO em seu subcapítulo em relação às diretrizes da política nacional de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro, enfatiza que o estado do Rio, apesar de seus percalços "aumenta sobremodo sua taxa de responsabilidade perante os esforços nacionais na busca incessante de padrões superiores de bem-estar geral". (1 Plano de Desenvolvimento Econômico Social do Estado do Rio de Janeiro, 1975:17)

Uma das diretrizes políticas apontadas como meta de fundamental importância para alcançar o objetivo principal deste plano, foi a priorização de política para combater a polução industrial e alavancar a proteção ambiental, considerando que, à época, o país ainda possuía amplas áreas não poluídas, diferentemente da generalidade dos países desenvolvidos. Foram introduzidas as políticas de proteção ambiental e de preservação dos recursos naturais para evitar ação poluídora e defender a saúde humana.

Podemos considerar a posição da cidade e consequentemente do estado do Rio de Janeiro como o "centro" ou um dos principais centros da rede urbana brasileira. Segundo Sposito (2008:48):

"A mundialização do capital e, por consequência, das atividades econômicas se da com o encadeamento entre o que ocorre em escala global e o que ocorre nos lugares, porque

"surgiram novas formas de centralização territorial, relativas ao gerenciamento no nível dos altos escalões e ao controle das operações", o que requer a existência de "lugares centrais", onde as tarefas que garantem o funcionamento da globalização são realizadas."

É importante destacar, contudo, que os governos federal, estadual e municipal no Brasil, sobretudo no período do Regime Militar, visavam desenvolver / integrar as regiões, na época, estratégicas do país. Segundo Freire (2011:21)

gando Frence (2011.21)
Era objetivo destes o desenvolvimento das diferentes regiões, dentre elas uma dotada de potencial turístico, ligando as duas principais metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, todavia apresentando uma precariedade de redes de comunicação e transportes.

Para o desenvolvimento da região foco do presente interesse, decidiu-se pela construção da BR-101 ou Rodovia Rio-Santos, que faz a ligação do litoral sul fluminense ao litoral norte paulista, dinamizando a referida área e acarretando, segundo Bertoncello (1992:68), a modernização de estruturas que se apresentavam de forma arcaica, incluindo a própria estrutura turística, também muito incipiente até aquele momento. A viabilidade e o sucesso da atividade turística na Vila do Abraão, assim como em outros pontos estratégicos da região da Costa Verde, apenas seria possível caso uma "rede de abastecimento", relativa a diversos segmentos, fosse implementada sobre a infraestrutura já existente (carcerária e pesqueira). A expressão "rede de abastecimento" objetiva abranger as funções e estratégias que se articulam na rede urbana, para a expansão da lógica da comercialização (custo) de serviços.

Neste sentido, as territorialidades existentes no território insular, pertencem à uma cadeia ramificada de nós estratégicos, denominados de "centros de decisões" que, na contemporaneidade, cada vez mais se integram e se tornam mais dependentes da rede e dos serviços oferecidos.

Com o desenvolvimento do capitalismo, surgiram numerosas redes (ou tipologias) tais como as comerciais, bancárias, rodoviárias, ferroviárias, aeroviárias, de telecomunicações, dentre outras, que tornaram-se progressivamente mais importantes. De acordo com Santos (1999:217), "toda organização e expansão do capitalismo só é possível através das redes de localizações geográficas, que assumem diversas formas de manifestação na vida econômica, social, política e cultural".

Então, as redes de localizações geográficas podem ser definidas na contemporaneidade como "[...] um conjunto de localizações articuladas entre si por vias e fluxos" (CORRÊA 1997:306):

"Partindo desse princípio, percebemos três fatores fundamentais para o estabelecimento de uma rede urbana: Em primeiro lugar, deve haver em uma dada porção do espaço, uma economia de mercado, com transações comerciais envolvendo a comercialização de bens produzidos localmente e externamente. Essa atividade requer certa divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar, é necessário que haja, nesse mesmo espaço, pontos fixos onde as transações sejam realizadas, temporariamente ou permanentemente. Por fim é necessário haver uma interação espacial entre esses pontos fixos. Essas interações espaciais referem-se ao amplo conjunto de deslocamento ou fluidez de pessoas, mercadorias, ideias, valores etc." (MORAES, 2013.3)

A grande questão é identificar como o processo de integração do estado do Rio de Janeiro aliado à centralidade administrativa-nacional histórica que se soma ao contexto neoliberal global, interferiu na (re)formação e no (re)ordenamento territorial da Ilha Grande e seu contexto até o final do século XX, processo moderno que será estabelecido, evidenciado e continuado até os dias atuais, especialmente na Vila do Abraão.

Em destaque, temos o município de Angra dos Reis em um primeiro momento, como de essencial importância no que se refere à descentralização das atividades inerentes à rede urbana do estado, que usa a economia do turismo e o alcance de serviços aos atrativos mais inóspitos do "paraíso ecológico", para se apropriar dos territórios, onde as vilas ou aglomerados populacionais (históricos) serão utilizados como pontos de extensão da rede urbana à qual a sede municipal de Angra dos Reis pertence, mesmo que possam não apresentar características fundamentais para o apontamento de um processo urbano ou de urbanização. A Vila do Abraão configura-se como um ponto estratégico dessa rede, mesmo como ponto final da linha (urbana), ou seja, a última, ou um

dos últimos setores do espaço adaptado, capaz (ou não) de suportar a visitação pública e suas diversas e inúmeras demandas culturais.

A configuração do "espaço adaptado" para receber demandas da rede urbana no território da Vila do Abraão se dá nos quatro itens levantados por Moraes (2013: 1) há uma economia de mercado, com transações comerciais envolvendo a comercialização de bens produzidos localmente e externamente; 2) há Divisão Territorial do Trabalho; 3) é um ponto fixo onde as transações são realizadas (passeios, translados, hospedagem, alimentação, entretenimento) e; 4) há um intenso fluxo de pessoas, mercadorias, ideias e valores.

É o conjunto desses elementos identificados até o momento que apoia a atual conformação territorial da Vila do Abraão. O contexto histórico, a localização geográfica favorável e a volta da centralidade econômica da ilha para Abraão, fato determinado devido a implosão do Instituto Cândido Mendes, são fundamentais e nos fizeram considerar esse território, em relação aos outros núcleos populacionais como singular e constituir-se como recorte espacial do estudo. Essa singularidade será melhor compreendida no próximo item após analisarmos as consequências do modelo de uso e ocupação atual, aliado à centralidade do circuito turístico da ilha, que possui em Abraão seu ponto base do circuito, ou seja, núcleo que se mostra com certa capacidade de receber, manter e dar mobilidade ao público visitante.

# Atividade Turística na Vila do Abraão: apropriação da natureza, centralização e descentralização da rede geográfica e evidências no circuito turístico

A prática do turismo na natureza permeou a reorganização socioespacial da Ilha Grande a partir da apropriação dos meios de produção, ou seja: dos atributos naturais, da infraestrutura local, além da mão de obra ociosa com a queda de atividades econômicas pretéritas. Os fixos foram (re)territorializados por agentes internos e externos à lógica do turismo, a despeito das dinâmicas sócio-ambientais pré-existentes.

O turismo se tornou, assim, o principal meio de subsistência da população, que, em interação constante com esses turistas, aprendeu, criou e desenvolveu uma gestão própria dos negócios e de suas vidas. As pressões advindas dessa independência são muito grandes. De acordo com Marx (1975),

"... o modo capitalista de produção e de acumulação, e a propriedade capitalista pressupõem o aniquilamento da propriedade privada que se funda no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador, do produtor direto" (Marx, 1975-967)

Para Cruz (2003:18), da apropriação de espaços naturais pelo turismo, decorrem transformações espaciais relacionadas, principalmente, aos fatores acessibilidade e hospedagem.

"Dessa maneira, tornam-se preocupante as diretrizes e práticas estabelecidas pela indústria da hospitalidade, dada sua importância e capacidade de influência nas transformações territoriais. Sob a ótica da sustentabilidade ambiental este agente pode traduzir-se em catalisador de impactos socioambientais decorrentes da atividade, uma vez que é comum encontrar os meios de hospedagem muito próximos aos centros de atratividade turística (Cruz, 2003:29).

No caso da Ilha Grande, como observa Mendonça (2010) houve uma acelerada proliferação e convergência da infraestrutura referente à hospedagem e acessibilidade na Vila do Abraão, sendo este local o ponto principal de acesso de turistas e visitantes de toda a ilha. Segundo Cooper (et all 2001, p.350) a hospedagem, ou acomodação, é o maior setor dentro da economia turística, e também o mais presente. A hospitalidade não significa apenas a predominância de pousadas e/ou campings, essa expressão aponta também para a necessidade do estabelecimento da "rede de abastecimento" (investimentos, meios de transporte e infraestrutura urbana).

Mas é a visitação pública a principal atividade, nos dias atuais, responsável por atrair e sustentar essa nova demanda de serviços. Ou seja, as estratégias de uso e ocupação e de acumulação da atividade turística, estão relacionadas aos estudos voltados para o parcelamento do solo e a

logística do circuito turístico. Portanto, a uniformidade das atividades econômicas, voltadas ao turismo, torna-se sua principal marca de territorialização do espaço no Abraão. Nesse sentido podemos entender a vila como o território "estratégico" que realiza a função centralizadora e descentralizadora da rede geográfica e urbana na Ilha grande. A centralização se reflete nas condições de suporte da infraestrutura urbana, ou seja, nos atuais componentes formadores do modelo de uso e ocupação voltado para o desenvolvimento da atividade turística.

A ideia de Abraão como *território central da Ilha Grande* no que se refere ao atendimento à visitação pública é também ratificado quando analisamos o papel das agências de turismo e do poder público na gestão do transporte responsável por levar o visitante aos atrativos e as paisagens do "Circuito Turístico da Ilha Grande" (Figura 2)



Figura 2: Circuito Turístico da Baía da Ilha Grande e a Visitação Pública Fonte: http://www.ilhagrande.com.br/como-chegar/. Acessado em 23/01/2015.

Nota-se que a Ilha Grande possui outros pontos em seu território que apresentam algum tipo de centralidade (importância na conexão com o continente), no entanto, apenas a Vila do Abraão recebe embarcações com moradores, visitantes, mercadorias, produtos e informação ao mesmo tempo e de todos os pontos de conexão com o continente. O transporte de pessoas (visitantes, moradores e servidores públicos) até a ilha é feito por embarcações de pequeno e médio porte pelas agências de turismo, com embarcações próprias, por particulares (proprietários individuais, pescadores) e por instituições governamentais de gestão e fiscalização. As embarcações de grande porte são as Barcas S.A. do estado do Rio de Janeiro e, os navios de turismo.

A Vila do Abraão constitui-se no principal ponto de entrada-saída do circuito turístico da ilha e, os visitantes podem percorrer a ilha por trilhas terrestres ou por vias marítimas, aportando nos locais de maior interesse. Ou seja, a vila é o ponto de partida e de retomo para o visitante. As trilhas permitem acessos aos marcos históricos, aos mirantes, as cachoeiras e as praias da ilha e totalizam 16 trilhas - T1 a T16, conforme mostra a Figura 3. As trilhas que conectam diretamente com Abraão, são: T1 (Circuito Abraão), T10 (Abraão-Pouso), T13 (Pico do Papagaio), T14 (Abraão-Estrada da Colônia-Dois Rios).



Figura 3: Trilhas da Ilha Grande. (Fonte: <a href="www.ilhagrande.org">www.ilhagrande.org</a> – acesso em 21/01/2013)

Quanto às trilhas, vale destacar: a T13, conecta Abraão ao Pico do Papagaio, um dos pontos mais elevados da ilha em que se vislumbra o continente em quase 360\*: a T1 constitui-se num circuito histórico, relativamente curto: a T2 conecta o patrimônio histórico a praia (Aqueduto – Saco do Céu), que dará início ao circuito turístico para direção oeste da ilha; nesse circuito, entre as trilhas T2 e T6, encontram-se os atrativos como a Cachoeira da Feiticeira, a praia Saco do Céu, a praia do Bananal (ocupada), a Lagoa Azul, a Lagoa Verde, a praia de Araçatiba (ocupada), entre outros; as trilhas T10, T11 e T12 são interligadas e levam os visitantes aos pontos atrativos como as praias Brava, Palmas, Pouso, Lopes Mendes, Santo Antônio e o Farol dos Castelhanos; a T14 é a principal trilha de Abraão, assim como da ilha, sobretudo, devido a diversidade de funções que apresenta, inclusive por suportar o trânsito de veículos (somente os autorizados e de serviço); é o circuito responsável por interligar a enseada continental de Abraão à enseada oceánica de Dois Rios; o desencadeamento da T14 em Dois Rios resulta nas trilhas (T15-Caxadaço) e (T16-Pamaioca, turismo de aventura) e, apenas a área delimitada pela Reserva Biológica da Praia do Sul (RBPS) apresenta restrição de visitação e não está conectada ao circuito de trilhas que iniciam pod braão.

A questão que se coloca presente é a de que, o visitante ou turista busca a dificuldade, o desgaste físico, o longo tempo que as trilhas (algumas) impõem, a falta de informação e de infraestrutura? Ou será que esse visitante ou turista prefere utilizar os serviços oferecidos de transporte marítimo pelas agências de turismo, que possui o advento da comodidade em chegar mais rapidamente e permanecer mais tempo no local de atrativo? Os turistas preferem utilizar os serviços de embarcações (vias marítimas), essa preferência esta diretamente reacionada ao perfil do visitante atual, que em geral é aquele cidadão que possui um poder aquisitivo elevado, residente em áreas urbanas de elevada densidade demográfica e que procura atrativos naturais para lazer. Foram aplicados 10 questionários nas agências de turismo locais, que realizam o serviço e a logistica de entrada-distribuição-saída dos turistas na ilha, no sentido de identificar a participação das agências na logistica de transporte dos visitantes, considerando a Vila do Abraão como ponto central dessa dinâmica.

# As estratégias de uso e ocupação relacionadas à atividade turística na Vila do Abraão: algumas consequências e breves conclusões

A visitação pública na ilha influencia diretamente o modelo de uso e ocupação do solo e, interfere na ocorrência de impactos ambientais e de conflitos de gestão. Sobretudo nos períodos de "alta temporada", vem se configurando como uma atividade insustentável, quando nos referimos ás práticas ambientais adotadas, tanto pelos estabelecimentos comerciais quanto pelo uso desses por visitantes (turistas).

De maneira a assegurar uma eficiente identificação, discussão e avaliação dos efeitos ambientais e antrópicos do desenvolvimento das atividades ligadas à "rede de abastecimento" do turismo, em áreas legalmente protegidas, a proposta metodológica foi subsidiada por uma série de procedimentos, com o objetivo de: identificar e destacar na Vila do Abraão a tendência cada vez mais insipiente no processo de centralização e descentralização dos circuitos da economia e suas atividades. Processo que carrega consigo dois elementos fundamentais para a consolidação: a logística e o custo da atividade econômica a ser realizada, (nesse caso a atividade turística é a responsável por viabilizar (logistica) a realização dos circuitos atrativos ao público consumidor, e o "custeio" (padronização dos preços) dos serviços prestados, que viabilizam o atendimento ao público visitante. Assim, as atividades ligadas ao turismo (agências principalmente) passam a, cada vez mais, decidir o perfil do turista pretendido e o tipo do turismo implementado.

Os procedimentos metodológicos foram utilizados com a finalidade de conseguir realizar uma análise geográfica integrada (ambiental e humana) do processo histórico e atual de territorialização do espaço referente à Vila do Abraão – (território central) da Ilha Grande. Nesse sentido a ideia de diagnóstico ambiental se atrela perfeitamente à finalidade da análise integrada dos fatores e fenômenos atuantes.

Para isso foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisa com a intenção de viabilizar uma breve análise ambiental, do território e do modelo de uso e ocupação adotado nele; 1) Conceitos clássicos da ciência geográfica, tais como: Território, Uso e Ocupação do Solo, Rede Geográfica Urbana, Planejamento e Gestão Ambiental, Bacia Hidrográfica/enseada, Materialismo Histórico-Dialético e Atores Sociais; 2) Artigos, Teses e Dissertações da Área de Estudo; Gama 2010, Xavier 2009, Amorim 2011, Freire 2011, Santiago 2010, 3) Documentos oficiais: Código Florestal, Plano de manejo, Plano Diretor, Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico-Social do Rio de janeiro (1975); 4) Investigações e observações de campo; 5) Consulta às entidades governamentais presentes no local (Abraão) 6 ) Aplicação de questionário nas agências de turismo; □

#### Questionários agências de turismo - resultados

O questionário foi dividido em quatro eixos de informações principais: 1) Informações gerais da agência e do entrevistado, 2) Serviços oferecidos por elas ao turista (visitante público), 3) Organização e Absorção da mao de obra local e por último 4) Divulgação e controle dos atrativos "oferecidos". O principal objetivo desse questionário foi buscar a relação desse segmento da atividade turística (passeios) no que se refere ao transporte dos visitantes aos atrativos naturais e culturais pertencentes ao circuito turístico da Ilha Grande e também entender como a população local se insere nesse processo.

Em relação aos dois primeiros eixos podemos concluir que na Vila do Abraão, em geral, todas as agências de viagem oferecem os serviços de translado; conexão via terrestre do Rio de janeiro até o cais, mais a travessia para a Ilha, além dos passeios náuticos, que abrange as praias de maior divulgação do circuito turístico básico da Ilha Grande; (Saco do Céu, Palmas, Bananal, Araçatiba e Gruta do Acaiá – parte continental) e (Dois rios, Lopes Mendes, Parnaioca e Caxadaço – parte oceânica). Sendo assim, o serviço de pesseio náutico abrange quase que totalidade dos principais pontos encontrados no circuito turístico da Ilha.

Nesse sentido não há muita diferença dos principais serviços oferecidos pelo conjunto de agências de turismo atuantes no local, pois na grande maioria dos casos o serviço de barco é terceirizado, o que resulta na utilização direta e exploratória da mao de obra local pela própria agência. Essa diferenciação de serviços se reflete nas agências que oferecem ou possuem vinculo com o serviço de hospedagem, ou também que ofereça o passeio náutico às praias da Reserva Biológica da Ilha Grande, ou aquelas (apenas duas agências) que oferecem ao visitante também uma visita guiada no circuito das trilhas (praia da feiticeira e bico do papagaio).

Além de terceirizar a mão de obra local dos proprietários de barco (em geral família de pescadores) todas as agências afirmaram empregar a mão de obra local nas funções das próprias na

Vila do Abraão, em cargos como: recepção, vendedor de passeios, marinharia, auxiliar administrativo. No entanto alguns dos vendedores, recepcionistas ou mesmo gerentes entrevistados nas agências não eram nativos nem descendentes da Ilha Grande, em alguns casos eram até estrangeiros (Argentina e Uruguai).

Por fim, em relação ao último eixo, podemos notar que as agências de turismo possuem uma função de ponto central da informação do circuito turístico ao turista, enquanto que o INEA deveria estar realizando essa função. O ponto preocupante é que nenhuma das agências entrevistadas afirmaram possuir um controle, ou pelo menos uma contagem, em relação ao número de turistas transportado a cada atrativo do circuito por dia, semana, mês ou ano. Além disso, apenas uma agência afirmou ter ações voltadas à preocupação do meio ambiente. A ação da empresa consiste em distribuir ração de peixe aos visitantes, evitando assim, que o turista jogue qualquer tipo de alimento no mar, além de atrair os peixes para os locais de mergulho e observação (Lagoa Azul e Lagoa Verde). Concluimos assim que as agências de turismo, além de favorecerem o fluxo da visitação pública na Ilha e também intensificar os impactos e conflitos resultantes dela, não estão contribuindo com os objetivos e intenções traçados pela legislação ambiental.

# Impactos e Conflitos no "ambiente" da Vila do Abraão: Resultantes da pressão estabelecida pelo de uso e ocupação do solo e a prática da visitação.

"Mesmo proibido pela Lei Orgânica de Angra dos Reis, os loteamentos na Ilha Grande vêm se multiplicando. Terreno coberto por Mata Atlântica fica em área de interesse Ecológico (AIE), onde, de acordo com a Lei "não serão permitidas edificações nem atividades que alterem o ecossistema existente." (Brito, 2001, p.27).

Nesse sentido, a prática do parcelamento do solo da Vila do Abraão entra em conflito ambiental/legislativo, cuja se reflete na ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente (APP's). Conforme a definição pelo Código Florestal, Lei Federal 12.651/12, são denominadas áreas de preservação permanente (APP) todas as áreas, cobertas ou não por vegetação nativa, cuja função ambiental é preservar os recursos hídricos, a paisagem, a diversidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. A Constituição Estadual do Rio de Janeiro em seu Art. 268 menciona as seguintes áreas como APP: a) manguezais, lagos, lagoas e lagunas e as áreas estuarinas; b) as praias, vegetação de restingas quando fixadoras de dunas, as dunas, costões rochosos e as cavidades naturais subterrâneas-cavernas; c) as nascentes e as faixas marginais de proteção de águas superficiais; d) as áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural:



Pontos identificados na enseada de Abraão: Domicílios, estabelecimentos multifuncionais.

Foi observada, através do trabalho de campo no ano de 2014, a elevada ocupação na área de restinga da Praia do Abraão e nas margens dos canais fluviais, tanto no que se refere ao uso de domicílios, pousadas, restaurantes, agências de viagem e campings.

Além das área destacadas acima, observamos ocupações irregulares em uma área de mangue e, também, em área de leito do principal canal fluvial da Vila, também pelas mesmas atividades. A situação evidenciada vem resultando problemas socioambientais, sobretudo a pressão dos despejos realizados nos canais fluviais, no abastecimento hídrico da população na qualidade da água e areia da praia e no equilíbrio geomorfológico das encostas. Nas fotos abaixo seguem alguns exemplos de ocupações irregulares em relação às áreas preservação permanente:



É importante entender que a ocupação "se tornou irregular" a partir das normas de regulação, ou seja, os estabelecimentos existem nestes locais antes da legislação que os torna "irregulares". Esses estabelecimentos, além da localização irregular se apresentam como os principais catalisadores dos impactos e conflitos oriundos da atividade de visitação.

Nesse sentido a grande questão gira em torno da discussão de propostas do estado e "
parceiros" para a resolução da problemática; a realocação se toma um projeto custoso e que engloba
inúmeras dificuldades. Além disso, é temido que o modelo de uso e ocupação adotado em Abraão
se dissemine por outros núcleos ocupados da Ilha. A crescente demanda por pousadas, hoteis,
campings, agências, mercados, restaurantes e lojas demandou também um sistema de serviços
públicos urbano, que fosse capaz de suportar às pressões antrópicas: o esgoto, o lixo e a água, além
de ter de mitigar os impactos causados pela atividade da visitação no circuito turístico do parque.

Os dados apresentados abaixo foram coletados e sistematizados através das entrevistas

Os dados apresentados abaixo foram coletados e sistematizados através das entrevistas realizadas, em trabalho de campo, com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e a Subprefeitura de Angra dos Reis (localizada em Abraão). O principal objetivo foi colher informações em relação ao funcionamento dos serviços públicos coletivos, se eles conseguiam suportar a atividade econômica vigente ou não. Nesse sentido foi criado o quadro I com as informações sistematizadas, como podemos ver abaixo no Quadro I:

Serviços Coletivos - Ilha Grande / Vila do Abraão	Condição dos estabelecimentos de acordo com o serviço prestado.	Funcionamento do serviço prestado	Resultados, instruções e ações.
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	O sistema de abastecimento atende em torno de 90% dos estabelecimentos, segundo a SAAE.	Ponto 1) Menor Volume de água. Área conhecida como "encrenca". Pois há bastante falta de água devido à um conflito. Moradores locais (novos) e um arranjo de Pousadas, que acabam demandando mais recurso hídico.	Tarifa da água é mais cara para os estabelecimentos comerciais, por utilizarem mais quantidade do recurso.
	A âgua bebida não é tratada pois é coletada diretamente das nascentes dos córregos que se depositam na Vila do Abraão.	Ponto2) Armazenamento do Cemitério – Volume Médio de água – Principal pento de armazenamento de água da Vila por questo de localização. É a mais centralizada, é utilizada pelos estabelecimentos comerciais e residenciais da parte turística do Abraho. As vezes também não suporta a demanda, sobretudo no verão.	O armazenamento de água do ponto do cemutério, quando acaba, resulta em problemas de distribuição
	Ela é armazenada em três pontos estratégicos e distribuída para a Vila do Abraão.	Ponto 3) Armazenamento do moirro do Estado — Maior volume de água da Vila — Maior dissileccia dos extabelecimentos comercias que demandam de maior volume da água — Atende propriatraismente co estabelecimentos encontrados na "jareta institucional" da Vila. Esse ponto de armazenamento atende apenas a uma parte da Vila, mas possua potencial para atender a toda ela, segundo o INEA e a SAAE A obra de redistribuição hidirias foi vistada devida ose umpactos ambientais.	Algumas pessoas não confiam na qualidade da água que é oferecida no Abrako e utilizam galbes.
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	De acordo com a SEEA em torno de 90% dos domicilios da Vila do Abraão são atendidos pela rede geral de esgotamento sanitário.	O esgoto coletado escoa por gravidade, conduzindo o efluente para a estação de tratamento de esgoto (ETE)	O sistema de tratamento de esgoto possui capacidade de atendimento de até 7.500 pessoas, em pleno funcionamento Quando o sistema de energia elétrica cai, o esgoto não tem coodições de ser bombeado até o RAFA e com issos é despejado in natura no leito dos Corpos d'agua (rios, córregos, marés, etc) da Vila.
	Apenas os estabelecimentos mais antigos possuem o sistema de	Antes de chegar a estação de tratamento o esgoto escoa para as caixas de cimento – fase de inspeção. No Abraão	No verão onde as quedas de energia são mais constantes e a pressão dos visitantes sob o

	fossa. OBS (Existem muitas fossas pelas ruas do Abraño).	existem cinco (5) caixas de esgoto porém apenas duas (2) delas possuem condições de bombear a água para a (ETE)	sistema sanitário se intensifica, é comum haver problemas de despejo in natura.
	Segundo a SAAE o esgoto é coletado dentro das residências por meio de tubulações hidráulico-samitárias "de responsabilidade do proprietário".	As dans caixas de cimento (elevatórias) principais, ese encontram muio posiciama à for dos cobregos que cruzar a Rua Getilio Vargas. As caixas também dependem de energia elétrica para bombear o esgoto para o (ETE). Na estação de trantamento do esgoto (ETE) existe o RAFA (Reator Anseróbico), que é o responável por depurar o esgoto e encaminha-lo para o emissário que é despejado na bais da Ilha Grande.	Hà informações sobre as preocupações sobre o despejo de outros materiais, como; solventes, gorduras; guimba de cigarro, absorvente; papel higiênico, pano, plástico, etc. no vaso sanitário. Através de folder e panfletos. Tentando evitar o entupimento das caixas de cimento (elevatórias)
COLETA DE LIXO	Há o recolhimento de lixo diário em todas as ruas e caminhos que compões a Vila do Abraão.	A coleta do Lixo é festa através de uma parceria da prefestura de Angra com uma empresa, via contrato.	A quantidade de Lixo produzido na Ilha já se mostra bem elevado, sobretudo na época de "alta temporada".
	Os estabelecimentos são informados sobre a hora da coleta do lixo	O lixo produzido pela comunidade de Dois Rios também é destinado ao Abrako distriamente.	De acordo com observações feitas, cada estabelecimento comercial (restaurante, pousada ou mercado) preduzia em torno de 4 a 5 sacos de 5 L p² dia (da 03 1274). Se aoubermos quantos estabelecimentos dessos atividades existem na Vila, é possível obter uma média da produção diária.
	Os estabelecimentos que possuem acessos mais restritos também são contemplados com o serviço, devido a existência de um veículo adaptado, que leva o liso desses estabelecimentos nos pontos de coleta pró-estabelecidos, que ficam nas ruas principais, como na rua Gestillo Vagas por exemplo	Todo dis o Lixo coletado de Abrado e Dois Rios É tramportados para Angra dos Reis. Não consegui a informação de sua destinação final.	O lixo nilo é separado antes da coleta nem em seu processo. A Rus Gestilio Vargas é a que mais concentra os pontos de armazenamento da coleta de lixo.

### BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Natália Moreira (org.). A complexidade da dinâmica socioambienal em território insular: desafio ao planejamento - Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ). Dissertação de mestrado Rio de Janeiro: UERI 2012

BERTONCELLO, Rodolfo V. Processo de modernização e espaço local: o caso do município

de Angra dos Reis (RJ). Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. BRITO, Maria Célia Wey. Unidades de Conservação: Intenções e Resultados. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2003

COOPER, C.: FLETCHER, J.: GILBERT, D.: WANHILL, S. e SHEPHERD, R.

(2001), Turismo princípios e prática. 2-ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORRÊA, Renata da Silva. Angra dos reis: contribuição ao entendimento de uma pretensa vocação turística - pensando o turismo a partir do território. Artigo científico. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA - ENGRUP, São Paulo, pp. 252-278,

CORRÊA, R.L.; CASTRO, I.; GOMES, P.C.C. Geografia: Conceitos e Temas. Capítulo 5.

Redes: Emergência e Organização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 141. CRUZ, R. de C. A. da. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Roca Ed., 2003

DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. Hucitec. São Paulo. (1996) FREIRE, Ingrid Souza de Matos.Transformações socioespaciais e a formação de um território do turismo na Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ). 2011. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Geografia) - UERJ.
GAMA, S.; DUTRA, F.; AMORIM, N. O papel dos atores sociais na formulação de novas políticas públicas ambientais no distrito de ilha grande (Angra dos Reis, Rio de Janeiro - Brasil). La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. **Plano de Manejo (fase 2)** - Parque Estadual da Ilha Grande. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de

Estadual da liha Grande. Rio de Janeiro; Governo do Estado do Rio de Janeiro/SEA/INEA/INEA/DIBAB/GEPRO, 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. Plano de Manejo (Anexo 2) - Parque Estadual da Ilha Grande. Rio de Janeiro; Governo do Estado do Rio de Janeiro/SEA/INEA/INEA/INEA/DIBAB/GEPRO, 2010.

MARX, Karl. (1975) El Capital. Tomo I, Vol.3 Libro Primero. El Procesode Produción del Capital., Siglo Veintiuno Argentina. Buenos Aires. MENDONÇA, T.C, de M. Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande. Tese de

doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio deJaneiro. Rio de Janeiro. 2010.

MORAES, Elias de Oliveira. Rede urbana do Brasil: Constituição e Dinâmica recente. III Simpósio Nacional de Geografía Política. REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.798-812, 2013.

SANTIAGO, A. M. **De "caldeirão do diabo" à "paraíso ecológico"**: a conversão da Ilha Grande. 2010. 262 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. Hucitec, São Paulo, 1993. (4ª edição: 1998)

SANTOS, M. O espaço dividido. Livraria Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978.

SPOSITO, Eliseu Savério, Redes e Cidades, São Paulo : Editora UNESP, 2008

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Capitulo III, Art. 5.

Capitulo III, Att. 3.

XAVIER, T. **Do território do cárcere ao território de proteção à natureza**: Conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande (Ilha Grande, RJ) – 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. LEI nº12.651/12 BRASIL. Lei nº 12.651 de 2012. Regulamenta o Art. 3 e 4 as disposisões

gerais das áreas consideradas de preservação permanente